

APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO ESPECIAL “MULHERES E JUSTIÇA”

Mais do que nunca, trabalho para compartilhar a alegria libertadora que a luta feminista traz para nossa vida, de mulheres e homens, que continuam a trabalhar por uma mudança, que continuam a esperar o fim do sexismo, da exploração sexista e da opressão. (*Bell Hooks, 2015*)¹

Com as palavras inspiradoras da ativista e intelectual Bell Hooks, que nos instiga a buscar a igualdade e a lutar contra a opressão, tenho a satisfação de apresentar o número especial da Revista Eletrônica do CNJ, Mulheres e Justiça, que se dedica a divulgar os importantes estudos realizados pelas mulheres pesquisadoras do Poder Judiciário. Para além do debate técnico-científico sobre as questões estudadas pelas pesquisadoras, é objetivo desta edição incentivar o protagonismo feminino nos estudos sobre Justiça.

Com os avanços alcançados pela Resolução CNJ n. 255/2018, que instituiu a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e estabeleceu que a igualdade de gênero é um objetivo a ser perseguido com medidas concretas pelos órgãos de Justiça, é salutar que se multipliquem ações de incentivo à participação das mulheres nas diversas áreas e esferas do Poder Judiciário, inclusive na produção de conhecimento científico.

Demonstra-se a importância de tais ações ao se analisar os resultados do Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário, que apresenta um retrato desigual e majoritariamente masculino, com juízas ocupando apenas 38,8% da magistratura brasileira². Constata-se, também, a baixa representatividade feminina nas bancas de concursos, espaço de enorme relevância e impacto institucional, com bancas examinadoras com percentual de participação de mulheres de apenas 20,6%, considerando o período de 2010 a 2020³. A título de comparação, as mulheres representam 51,7% da população brasileira e 55,5% do corpo discente dos cursos de direito⁴. Esperava-se, portanto, que essa representatividade fosse similar nas carreiras do Poder Judiciário.

Além do problema da desigualdade na ocupação dos cargos do Poder Judiciário, devemos enfrentar também o fenômeno da “invisibilização” e do não reconhecimento das mulheres nos espaços de relevância institucional, resultado não somente da composição desigual dos tribunais, mas também de um processo social progressivo de silenciamento e exclusão das mulheres nos ambientes de trabalho.

Desde sua primeira edição, em 2015, a Revista publicou 70 artigos de autoras mulheres, o que corresponde a 67% das pesquisas publicadas no periódico, percentual que muito nos orgulha. Porém, ainda temos grandes desafios, uma vez que nosso corpo editorial é 78% masculino e o rol de pareceristas da Revista, composto apenas por 34% de mulheres.

1 HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

2 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacaofeminina.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A participação feminina nos concursos para magistratura: resultado de pesquisa nacional. Brasília: CNJ, 2010. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_RELATORIO_Participacao_Feminina-FIM.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2022.

4 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2018.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2022.

Para a edição especial “Mulheres e Justiça”, a seção de entrevistas recebe a Corregedora Nacional de Justiça Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que compartilha com as leitoras e leitores da Revista sua trajetória acadêmica e profissional. Na seção de Jurisprudência, apresentamos uma rica compilação de 20 julgados do Conselho Nacional de Justiça em temas relativos à igualdade de gênero, feminicídio, mulher, e violência doméstica e familiar. A pesquisa abrangeu todo o período de atuação do CNJ, desde sua criação até o ano corrente. É possível consultar, por exemplo, o processo que instituiu a Política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário, que se destaca por sua repercussão e relevância social e jurídica.

Além dos artigos recebidos por chamamento público e avaliados no sistema *double blind peer review*, convidamos autoras que são expoentes em suas áreas de atuação para compartilhar seus conhecimentos e perspectivas. Brindam-nos nesta edição a Corregedora Nacional de Justiça Ministra Maria Thereza de Assis Moura e as juízas Adriana Franco Melo Machado e Maria Paula Cassone Rossi, que analisam a participação feminina no Poder Judiciário e discorrem sobre o papel do CNJ na concretização de políticas de equalização de gênero; a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, que desenvolve uma rica análise sobre a configuração e as desigualdades da Justiça do Trabalho, tecendo relações entre gênero, classe e raça; e a Ministra Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro, que discorre sobre o atualíssimo tema das relações entre a fraude à cota de gênero e a violência política de gênero.

A Desembargadora Margareth Costa nos leva a refletir sobre problemas da sociedade e do Direito com sua análise da condenação internacional do Brasil por ineficiência judiciária. A Juíza Coordenadora da *Revista Eletrônica do CNJ*, Trícia Navarro Xavier, juntamente com Hiasmine Santiago e Fabiane Sena Freitas tecem relevantes considerações sobre o papel do Poder Judiciário na aplicação da Lei do Superendividamento e a Chefe do Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, Doris Canen, analisa as relações entre a Lei n. 13.988/2020 e o voto de qualidade do Carf.

Além dos seis artigos das autoras convidadas, são publicados 14 artigos avaliados às cegas pelos pareceristas da Revista. Dessa forma, gostaria de agradecer à inestimável contribuição das articulistas que publicaram seus estudos nesta edição. E especial agradecimento à Ministra Maria Thereza que participa da Seção de Entrevistas e às avaliadoras e avaliadores da *Revista Eletrônica do CNJ*.

Não se nasce mulher, torna-se mulher.
(BEAUVOIR, 1949).

Boa leitura!

DR. MARCUS LIVIO GOMES

Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica do CNJ

Editor-chefe da Revista Eletrônica do CNJ